

Qualidade das informações divulgadas nos demonstrativos fiscais

10º Encontro de Gestores Públicos

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

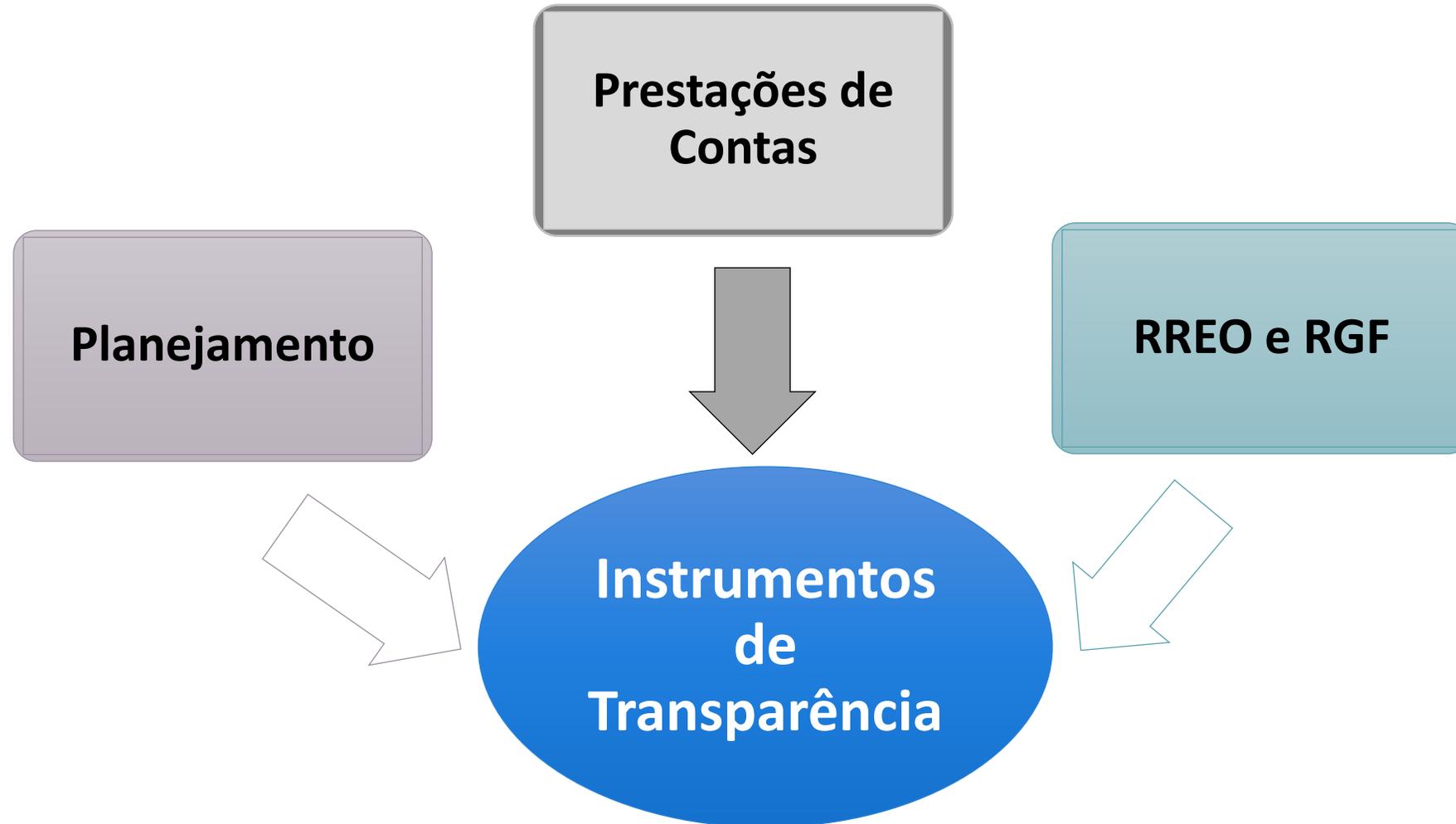
18 anos

Objetivos da LRF: Equilíbrio e Transparência

“Artigo 1º, § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a **ação planejada e transparente**, em que se **previnem riscos e corrigem desvios** capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, (...)”



Transparência - LRF, Art. 48



Transparência – LRF, Art. 48, §1º

- Disponibilização, em tempo real, de **informações pormenorizadas** sobre a **execução orçamentária e financeira** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Adoção de **sistema integrado de administração financeira e controle**, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

Transparência – LRF, Art. 48, §2º

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais **conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União**, os quais deverão ser **divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público**.

Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017

Estabelece **regras acerca da periodicidade, formato e sistema** relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, **no exercício de 2018**, em atendimento ao **§ 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000



- Obrigatoriedade do envio da MSC, do RREO, do RGF e da DCA para União, estados, Distrito Federal, e municípios;
- Extinção do Atestado de Publicação de Relatórios para fins de atendimento dos requisitos do CAUC.

Obrigatoriedade no envio da MSC

Ente Federativo	Mês de Referência
Estados, Distrito Federal e capitais	Janeiro de 2018
Demais municípios que possuam RPPS	Julho de 2018
Demais municípios que não possuam RPPS	Janeiro de 2019

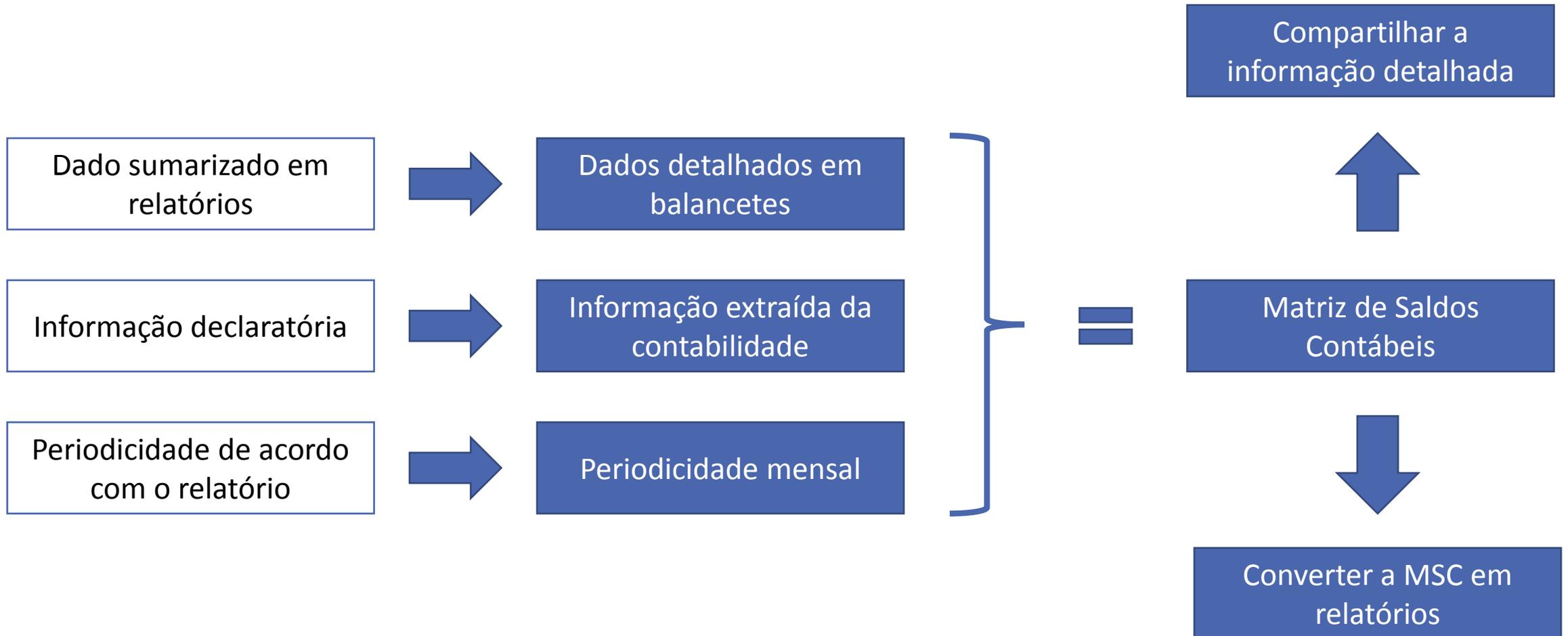
Divulgação dos demonstrativos fiscais exigidos pela LRF

➤ SISTN

➤ Siconfi – 1ª fase → 2015

➤ Siconfi – 2ª fase → MSC → 2018

Matriz de Saldos Contábeis - MSC



Desafios da MSC

- Adequação dos sistemas;
- Adequação das práticas contábeis;
- Clareza das regras para geração dos demonstrativos fiscais.

Publicações da STN

- **Balanco do Setor Publico Nacional – BSPN** - consolidação das contas públicas;
- **Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais** - dados dos Estados e dos Municípios com mais de 100 mil habitantes;
- **RREO e RGF em Foco - Estados e DF** - dados declarados pelos próprios Estados e pelo DF no Siconfi.

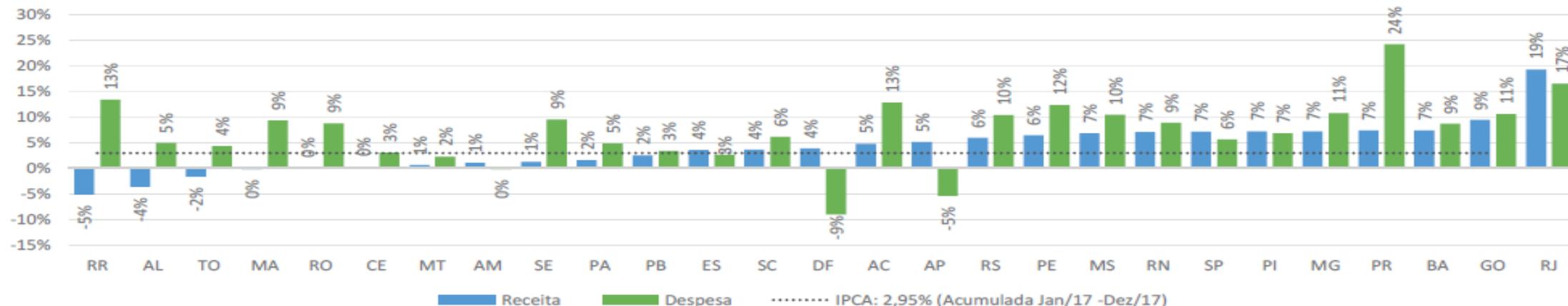
Apresentação

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) consiste em uma publicação bimestral que apresenta as informações fiscais consolidadas de cada ente da República Federativa do Brasil. Congrega as informações da execução orçamentária de todos os poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo também o Ministério Público e a Defensoria Pública, e contempla as esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Abaixo, os dados extraídos dos demonstrativos dos estados e do Distrito Federal relativos ao 6º bimestre do exercício de 2017.

Gráfico 1 Crescimento das Receitas e Despesas Correntes

Receitas realizadas e despesas empenhadas em 2017 em relação ao mesmo período de 2016.

As despesas de 2017 em educação e saúde do Distrito Federal – DF, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF, foram acrescidas às receitas e despesas orçamentárias do DF em 2017 para permitir a comparação com o exercício de 2016, em que os recursos do FCDF para essa finalidade foram transferidos ao Distrito Federal.



Considerações

1. A Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com a LRF, deve ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores. Essa publicação trata das informações apuradas até o 6º bimestre de 2017, utilizando, nos indicadores, a RCL referente ao somatório dos meses de janeiro a dezembro de 2017.
2. Todas as receitas e despesas dos estados e do Distrito Federal foram ajustadas de forma a expurgar o efeito dos valores das transferências constitucionais e legais aos municípios. De acordo com o MDF, no último bimestre, o cálculo das despesas considera as despesas empenhadas, e não mais as despesas liquidadas como nos bimestres anteriores;
3. Os dados do RREO foram extraídos do sistema Siconfi/Tesouro Nacional em 21/02/18, das 16h00 às 16h30; e as informações do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) foram apuradas no sistema SIAFI em 28/02/18, às 13h08.

Análise da qualidade das informações publicadas nos demonstrativos fiscais – problemas encontrados

- ✓ Demonstrativos não preenchidos;
- ✓ Células em demonstrativos diferentes que deveriam ter o mesmo valor e apresentam valores divergentes;
- ✓ Falta de esclarecimentos em notas explicativas.

Análise da qualidade das informações publicadas nos demonstrativos fiscais – desafios

- ✓ Criação e divulgação de indicadores de qualidade das informações fiscais com foco na melhoria dessas informações.
- ✓ Divulgação das informações fiscais num formato que desperte o interesse da sociedade.

Obrigada!

Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à
Federação – CCONF

Subsecretaria de Contabilidade Pública – SUCON